

O argumento do governo

■ Investimento fica por volta de 15% do PIB sem crescer

Ao intervir no debate, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, chegou a concordar com a observação do ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore, de que a taxa de investimento no Brasil não tem crescido (mantém-se em torno de 15,5% do PIB). "Isso é verdade, mas o processo de mudanças na infra-estru-

tura é lento e as empresas que estão comprando indústrias no Brasil vão investir em ampliações no futuro. Ninguém compra uma empresa para deixar como está", disse, ressaltando que a taxa de investimento não vem crescendo porque o capital está comprando empresas que já existiam.

Enfatizando a importância das privatizações para o sucesso do Plano Real, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, defendeu uma reforma do Judiciário, para evitar atrasos com guerras de liminares como a da venda da Vale.

"Os investidores privados não terão confiança nas regras estabelecidas pelas agências reguladoras se não houver confiança na capacidade de solução de conflitos pelo Judiciário", afirmou Kandir.

Já o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que "há um ano o cenário pessimista indicava um déficit comercial de US\$ 4 bilhões e, hoje, aponta US\$ 12 bilhões". Admitiu que o desequilíbrio das contas públicas pode ser compensado pelas privatizações, mas advertiu: "O FED (banco central americano) apontou superaqueci-

mento do mercado de capitais e já alertou com aumento de 0,25% dos juros nos Estados Unidos".

Para Mercadante, o setor privado está se adaptando às regras que estão postas: a prioridade é atender o mercado interno e não exportar. E a reforma da Previdência é fundamental, mas é preciso uma ampla discussão das bases em que ela será feita: "Não podemos esquecer que dos 14 milhões de aposentados, 11 milhões recebem salário mínimo". Por fim, sugeriu a retomada das câmaras setoriais, com a participação dos empregados.